

O REPUBLICANISMO E A EDUCAÇÃO

IVALDO AMARO VIEIRA

Os escritos comemorativos do bicentenário da Revolução Francesa e do centenário da República Brasileira têm percorrido um conjunto de temas, alguns repisados, outros redescobertos, outros ainda imaginados agora. O republicanismo é um tema capaz de possuir esses três aspectos, distinguindo o mundo contemporâneo e ao mesmo tempo formulando os princípios de uma nova educação.

Se de um lado a Revolução Americana edifica a primeira república dentro dos ideais racionalistas e burgueses de nossa época, de outro a Revolução Francesa encarna a radicalização extremada de tais ideais, manifestando singular esforço na sua concretização. O próprio Thomas Paine, participante de ambas as revoluções, denuncia em suas obras intensa comunicação existente entre os acontecimentos americanos e franceses. Antes, em *Senso Comum*, escreveu: "A causa da América é, em grande medida, a causa da humanidade inteira". Já no prefácio da edição francesa de *Os Direitos do Homem*, anuncia: "A causa do povo francês é a de toda a Europa, ou melhor, do mundo inteiro", para afirmar depois: "Não acredito que a monarquia e a aristocracia durem mais de sete anos em nenhum país esclarecido da Europa".

A palavra "república" vem do latim "res publica", significando "bem público". Cícero conceituou república como aquilo que se refere ao público, ao comum, separando-o do que é privado, particular, de alguns. Compreendendo assim a república, Cícero ligava-a ao povo, porque o bem público se relaciona com o bem do povo. Então, a república importa o consenso jurídico (que nos séculos mais recentes passaram a ser as constituições originadas de assembleias livres e soberanas) e a utilidade comum (que Montesquieu caracterizava como sendo a virtude, a obediência à lei e o desejo de servir a todos, aliás baseando-se nos romanos). É certo que Rousseau cuidou especialmente da origem da desigualdade entre os homens e também do contrato social, buscando a organização racional da vida em sociedade e conferindo notável valor à utilidade comum na configuração da república.

A Revolução Francesa representa talvez um momento elevado no estudo do republicanismo, sobretudo a atuação da Convenção Nacional, a proclamação da República em 1792 e o desempenho dos jacobinos, chegando a ser um ponto de referência tão atraente quanto era a República Romana antes dela mesma. Em discurso na Convenção Nacional em 5 de fevereiro de 1794, como representante do Comitê de Salvação Pública, Robespierre expõe o que se denominou "Os Princípios de Moral Política que Devem

Guiar a Convenção Nacional na Administração Interior da República". Diz ele: [...] "Unicamente o governo democrático ou republicano: estas duas palavras são sinônimas, apesar dos abusos da linguagem vulgar; porque a aristocracia é tão pouco republicana como a monarquia". [...] "Mas como a essência da república ou da democracia é a igualdade, deduz-se que o amor à pátria inclui necessariamente o amor à igualdade". [...] "Não só é a virtude a alma da democracia, como também só pode existir neste governo". [...] "A virtude republicana pode ser considerada em relação com o povo e em relação com o governo: é necessária num e noutro. Quando o governo está desprovido dela, pode-se recorrer à do povo; mas quando o próprio povo está corrompido, a liberdade se perdeu". [...] Se a força do governo popular é a paz na virtude, a força do governo popular na revolução é ao mesmo tempo a virtude e o terror,..." Com tudo isto, no entanto, Robespierre recebia algum tempo antes a pecha de republicano, conforme se verifica no discurso de 14 de julho de 1791, na Assembleia Nacional, intitulado "A inviolabilidade Real". Principia ele da seguinte forma: "Não quero contestar alguma acusação de republicanismo com que se queria juntar a causa da justiça e da verdade [...]"

Saint-Just, como Robespierre, membro do Comitê de Salvação Pública da Convenção Nacional, que proclamou a República na França de 1792, deixou os "Fragmentos sobre as Instituições Republicanas". Sustenta aí: "Em uma palavra, não se pode governar um Estado quando todo mundo é orgulhoso em lugar de ser modesto. Tem havido, nos governos, mais gente hábil que gente virtuosa." Aludindo à educação, anota: "As crianças pertencem à mãe até os cinco anos, se ela as alimenta, e imediatamente depois à República até a morte. A mãe que não alimenta seu filho deixa de ser mãe, aos olhos da pátria". [...] "A criança e o cidadão pertencem à pátria. A instrução comum é necessária".

A relação entre republicanismo e educação é uma relação histórica, no sentido de que a república tem sempre apresentado uma proposta republicana de educação. É famosa a menção de Platão, em seu livro *A República*, sobre tal relação, no sentido de que uma está a serviço da outra reciprocamente. Platão, porém, observa: "Que esteja o mando em mãos de um ou de muitos, isso em nada alterará

Evaldo Amaro Vieira é sociólogo, advogado e professor da Unicamp e da PUC(SP). Escreveu, entre outros livros, *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil* (1981), *Estado e Miséria Social no Brasil* (1983) e *A República Brasileira: 1964-1984* (1985).

as leis fundamentais do Estado, se os princípios de educação que estabelecemos forem rigorosamente observados”, mostrando como a educação é mais essencial na vida do Estado que as leis ou a forma de governo.

A transposição da educação do súdito para a educação do cidadão, a transposição da educação monárquica para a educação republicana, encontram seu momento fundamental na Revolução Francesa, cujo ideário educacional também se amplia para outros países. Em qualquer dos períodos principais da Revolução Francesa (a Assembléia Constituinte, a Assembléia Legislativa e a Convenção Nacional), a educação irrompe como tema de discussões e de propostas. Entre girondinos (como Mirabeau, Talleyrand, Condorcet) ou jacobinos (como Lakanal, Lepelletier, Daunou), debateram-se alguns preceitos educacionais: a) o controle estatal da educação, em contraposição ao domínio de professores e ordens religiosas pertencentes à Igreja; b) educação para todos, com variações de opinião em torno da gratuidade escolar e da sua extensão: se deveria ultrapassar ou não a escola primária universal e gratuita; c) educação orientada para as virtudes cívicas e patrióticas, conduzindo ao esclarecimento da razão, à fraternidade, à defesa dos próprios direitos, à capacitação de servir ao Estado, ao desenvolvimento do espírito nacional, da democracia e da liberdade; d) educação secular em substituição à doutrinação religiosa; e) educação compulsória, buscando a igualdade absoluta, ao menos para alguns como Lepelletier para quem: “Tudo o que irá compor a República deveria ser moldado na forma republicana”.

A transposição da educação do súdito para a educação do cidadão, a transposição da educação monárquica para a educação republicana, encontram seu momento fundamental na Revolução Francesa, cujo ideário educacional também se amplia para outros países.

De qualquer forma, com aceitação mais ou menos variável, a Revolução Francesa expôs certas exigências educacionais intimamente relacionadas com a república, a democracia e a igualdade, na formulação de Robespierre. Tais exigências são: a liberdade de ensino, a uniformidade de instrução para todos, a educação de adultos, as bolsas de estudos, os livros didáticos, a revisão curricular, fazendo sobressair os estudos de ciências naturais, históricos, geográficos, concentrando o currículo no exame do governo e dos deveres do cidadão.

Como essa concepção republicana e burguesa tem corrido o mundo através de dois séculos, não deixa de ser necessário saber, mas parece muito necessário meditar sobre o republicanismo e a educação decorrentes da Revolução Francesa em regiões como a América Latina. Nela tem-se a impressão de existirem repúblicas e educações republicanas sem republicanismo. Eis um caso a verificar.